

INVESTIMENTOS 2023

IPC

Dezembro de 2023

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 BASE LEGAL.....	3
2. SOBRE O IPC	3
2.1. PRÓ-GESTÃO.....	3
2.2. COMITÊ DE INVESTIMENTOS	4
2.3. CONSELHOS	4
3. CONJUNTURA ECONÔMICA	4
4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	6
4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	7
5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE	9
6. COMPORTAMENTO DO FLUXO DE CAIXA.....	12
7. ORÇAMENTO.....	12
7.1. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	12
7.2. PATRIMÔNIO (REALIZADO X PROJETADO).....	13
8. ESTRATÉGIAS DE CARTEIRAS	13

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo evidenciar o acompanhamento dos investimentos do **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cariacica - IPC**, em atendimento ao previsto no item 3.2.6 do Manual do Pró-Gestão [Manual do Pró-Gestão RPPS – Versão 3.4 - 22 de dezembro de 2022](#), no que tange a elaboração de relatório anual de investimentos, com a consolidação de informações relativas ao exercício anterior, incluindo a conjuntura econômica, os resultados alcançados em relação às metas estabelecidas, o comportamento do fluxo de caixa e das aplicações financeiras, a composição do ativo, a evolução do orçamento e da composição da carteira de imóveis.

1.1 BASE LEGAL

A Gestão de Investimentos do IPC é conduzida em conformidade com a legislação que rege as aplicações dos recursos financeiros no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social, destacada a seguir:

- I. Resolução Conselho Monetário Nacional - CNM nº 4.963/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- II. Portaria nº 1.467 de 06 de junho de 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, que disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em cumprimento à Lei nº 9.717, de 1998, aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004 e à Emenda Constitucional nº 103, de 2019;
- III. Política Anual de Investimentos do exercício de 2023.

2. SOBRE O IPC

O IPC é uma Autarquia Municipal responsável pela Gestão do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Municipais de Cariacica, criado pela Lei Complementar Municipal nº 02/1994, composto por servidores ativos e inativos pertencentes ao quadro de provimento efetivo. Por meio da Lei Complementar Municipal nº 12/2006 foram instituídos os fundos Financeiro e Previdenciário, com o objetivo de garantir o pagamento das futuras aposentadorias e pensões.

O IPC foi criado para cumprir o que determina o artigo 40 da Constituição Federal que assegura a todos os servidores em cargo efetivo um Regime Próprio de Previdência com a finalidade de garantir os recursos para cobrir os benefícios previdenciários de cada servidor público vinculado juntamente com a Administração Municipal, a Diretoria Executiva do IPC e seus Conselhos.

2.1. PRÓ-GESTÃO

O IPC aderiu ao programa Pró-Gestão, se certificando como nível III em 10 de maio de 2019 e renovado sua certificação em 05 de julho de 2022. Com esta certificação, o IPC cumpriu todos os critérios definidos na antiga Portaria MPS nº 519/2011 e na Portaria MTP nº 1.467/2022, podendo ser considerado um investidor qualificado, tendo acesso a fundos destinados para

este tipo de investidor e ampliando alguns limites para aplicações dos recursos conforme preconiza a Resolução CMN nº 4.963/2021.

2.2.COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos é um órgão auxiliar de caráter consultivo, que possui a finalidade de assessorar o IPC no processo de gestão de recursos e investimentos, observando as exigências legais relacionadas à segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, criado através da Portaria IPC nº 81 de outubro de 2013, tem por finalidade elaborar e executar a Política de Investimentos do IPC bem como as demais definidas no art. 3º da Portaria supracitada.

2.3.CONSELHOS

O Conselho Administrativo é o órgão de deliberação e orientação superior do IPC, responsável por fixar a política e as diretrizes de investimentos a serem observadas. Instituído pela Lei Complementar Municipal Nº 28, de 30 de dezembro de 2009 e, sem prejuízo de outras atribuições, tem como função “aprovar a política e as diretrizes de investimentos dos recursos do IPC, participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira dos recursos e realizar acompanhamento junto a gestão sobre o cumprimento desta durante o seu exercício”.

O Conselho Fiscal, por sua vez, instituído pela mesma lei, é o órgão fiscalizador, auxiliar da gestão, com a competência, entre outras, de “examinar os balancetes e balanços do IPC, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros; examinar livros e documentos; examinar quaisquer operações ou atos de gestão do IPC; emitir parecer sobre atividades do IPC; fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas em vigor; remeter ao Conselho Administrativo parecer sobre as contas anuais do IPC e balancetes; sugerir providências para sanar eventuais irregularidades encontradas.”

3. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2023 iniciou-se em meio a um cenário de instabilidade, no qual se destacava a incerteza quanto à governabilidade do novo governo brasileiro, sobretudo no que diz respeito a medidas referentes ao ambiente fiscal, que suscitava receios em relação a um possível descontrole nas finanças governamentais.

Acerca do cenário inflacionário, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que apresentou sinais de desaceleração, mas que ainda encerrou o ano de 2022 acima do teto da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), manteve o movimento de desaceleração no início de 2023. Esse movimento descendente foi impulsionado tanto pela redução nos preços dos alimentos, quanto pela queda nos preços do petróleo no mercado internacional e pelo ganho de força do real frente ao dólar.

Como medida para alterar a visão negativa em relação ao cenário interno, o governo iniciou discussões sobre projetos relacionados às áreas fiscal e tributária. Primeiramente, foi apresentada a nova regra fiscal, cuja premissa fundamental era vincular as despesas ao volume de receitas arrecadado. O projeto seria debatido ao longo dos meses subsequentes, tendo sua efetivação com a sanção presidencial.

O início de 2023 trazia um ambiente de incerteza também para o cenário externo. Vivíamos um momento de elevação de juros nas nações desenvolvidas, o que levantava

questionamentos acerca dos impactos na atividade econômica global. Além disso, a tensão no sistema financeiro internacional aumentou após a falência de importantes bancos.

Seguindo esse contexto, no Brasil presenciamos um estresse no mercado de crédito privado após os problemas com Light e Americanas virem à tona. Naquele momento, até mesmo fundos de crédito privado que não possuíam títulos destas empresas em carteira acabaram sofrendo, haja vista o medo que se espalhou pelo mercado.

Embora as projeções iniciais para o crescimento econômico brasileiro de 2023 fossem inferiores a 1%, os dados referentes ao primeiro e segundo trimestres surpreenderam os mercados ao apresentarem um crescimento superior ao esperado. No primeiro trimestre, o PIB foi impulsionado pelo excelente desempenho da agropecuária, influenciada por safras recordes de grãos. O setor de serviços também registrou dados positivos.

No segundo trimestre, observou-se um crescimento nos setores de agropecuária, indústria e serviços, com a agropecuária crescendo em menor proporção devido à base de cálculo considerada na pesquisa. Serviços e indústria registraram crescimentos de 1% e 0,9%, respectivamente. Esses resultados, que indicaram uma resiliência da economia, superaram as expectativas iniciais.

Em agosto, houve a aprovação e subsequente sanção presidencial do novo arcabouço fiscal, estabelecendo uma nova regra para o controle das contas públicas. Além da nova regra, também foram definidas metas para os anos seguintes, visando zerar o déficit nas contas públicas já em 2024, alcançar a meta de superávit primário de 0,5% em 2025 e de 1% em 2026. A partir de 2026, a perspectiva é que as contas públicas estejam estabilizadas, coincidindo com o final do mandato da atual gestão.

Também foi aprovada durante o ano a reforma tributária, que tem como objetivo principal reduzir a complexidade do sistema tributário nacional. Foi estabelecida a unificação de 5 impostos sobre serviços em um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA) Dual. O IVA será dividido em Contribuição Sobre Bens e Serviços, de competência da União, que substituirá PIS, Cofins e IPI, e Imposto Sobre Bens e Serviços, de competência dos estados e municípios, que substituirá ICMS e ISS.

O avanço das reformas, a redução da inflação e os sinais de desaceleração econômica foram fatores que respaldaram a decisão do Banco Central de iniciar o ciclo de corte de juros na reunião de agosto do Comitê de Política Monetária (Copom). Esse movimento de cortes persistiu ao longo dos meses subsequentes de 2023, culminando em uma taxa Selic em 11,75% ao final do ano.

Em consonância com a perspectiva do Banco Central de desaceleração da atividade, os dados referentes ao PIB do terceiro trimestre evidenciam um menor desempenho da economia brasileira frente ao trimestre anterior. O indicador cresceu marginalmente, 0,1%, mesmo com o desempenho negativo do agronegócio, que registrou retração de 3,3% no período. Mesmo com esse impacto negativo, o indicador manteve-se acima das expectativas, indicando certa resiliência da economia diante dos desafios presentes.

No cenário internacional, destacou-se, ao longo do ano, a economia dos Estados Unidos, que manteve uma trajetória de crescimento superior às projeções. Este aumento, aliado a um mercado de trabalho aquecido, gerou questionamentos sobre a eficácia da política monetária restritiva adotada pelo Fed (Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos) para conter a inflação. Nesse contexto, observou-se uma alta na rentabilidade dos títulos de longo prazo nos

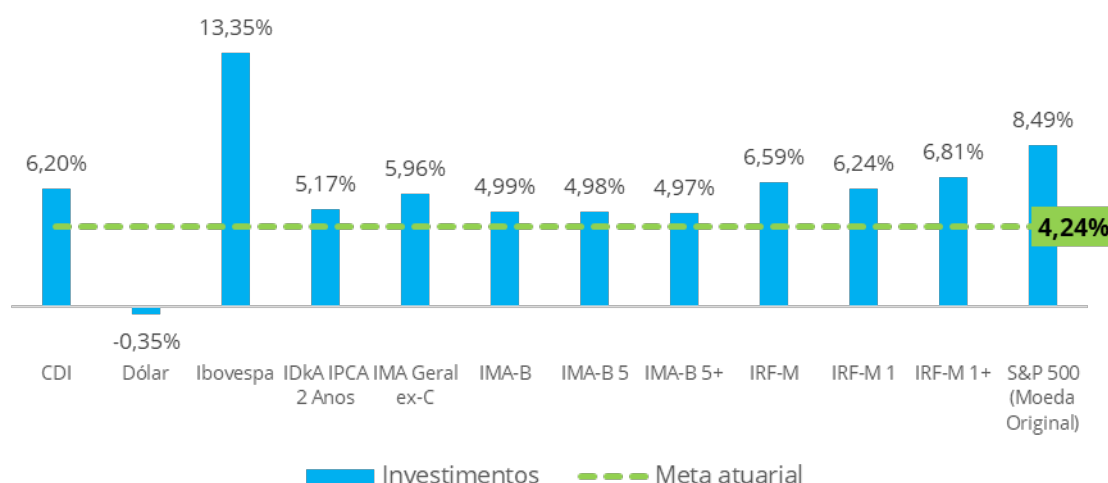
Estados Unidos entre meados de maio e final de outubro, impactando negativamente os investimentos globais.

Esse cenário alterou-se durante o mês de novembro, após dados mais favoráveis relacionados ao mercado de trabalho americano, o que levou as taxas dos *Treasuries* (títulos emitidos pelo governo dos Estados Unidos) a registrarem uma queda acentuada. Esse movimento impulsionou positivamente os investimentos globais, elevando o apetite dos investidores a ativos de risco. Novembro e dezembro se destacaram como meses bastante positivos para os mercados de renda variável e renda fixa de maior *duration*.

No ambiente doméstico, diante da conjuntura que se estabeleceu, a inflação encerrou o ano em 4,62%, ficando dentro do intervalo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Paralelamente, o mercado de trabalho demonstrou resiliência, encerrando o ano com a taxa de desemprego em 7,5%, um dos valores mais baixos registrados na história recente. Esses indicadores refletiram uma capacidade de adaptação e robustez da economia brasileira em determinados aspectos.

Ao analisarmos os investimentos ao longo do ano, observamos que, apesar da significativa volatilidade, as rentabilidades foram positivas, com os índices superando a meta atuarial. Destacam-se os ativos de renda variável, que contribuíram significativamente para esses resultados, devido ao bom desempenho registrado nos meses finais do ano. Além disso, os índices de renda fixa de maior duração também se beneficiaram de um cenário mais benigno para a economia nacional, com projeções de ciclo de cortes de juros mais intenso no Brasil. Analisando apenas o segundo semestre do ano, o Ibovespa foi o grande destaque positivo, com retorno de 13,35% no período. A renda variável internacional também se destacou com o S&P 500 rendendo 8,49%. Na renda fixa, o destaque ficou com os prefixados e com o CDI, mas no geral, todos os ativos superaram a meta no período.

Rentabilidades - 2º semestre/2023



4. DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos é diligenciada com o maior esforço, atenção e dedicação da gestão previdenciária, pois é uma gestão complexa que envolve riscos diversos diante de mudanças na economia nacional e internacional que afetam diariamente o comportamento dos mercados. Por isso, é necessário construí-la de forma a mitigar esses riscos e garantir a médio e longo prazo os recursos garantidores dos benefícios concedidos e a conceder pelo IPC.

A Carteira de Investimentos encerrou o ano com 31 (trinta e um) fundos de investimentos, sendo 14 em renda fixa, 7 em renda variável, 6 no segmento de investimento no exterior, 3 estruturados (multimercados) e 1 imobiliário, além de NTN-Bs compradas de forma direta. O objetivo de tal diversificação é reduzir a exposição ao mesmo tipo de risco, mercado ou indexador com o intuito de otimizar a relação risco/retorno/liquidez trazendo maior estabilidade aos resultados e mitigando o risco dos investimentos.

4.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

A Carteira de Investimentos do IPC, em dezembro de 2023, estava composta da seguinte forma em consonância com as normas legais pertinentes e com a Política de Investimentos vigente:

Produto/Fundo	Saldo	Participação s/ o total	Resolução CMN - 4.963/2021
TÍTULOS PÚBLICOS	158.380.674,84	31,64	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'a
BANESTES IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIRENDA FIXA	24.793.070,69	4.95	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
BANESTES IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA	24.543.263,77	4.90	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
BANESTES INVESTIMENTO PUBL AUTOMÁTICO FI RF	1.258.062,52	0.25	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
BB IRF-M TP FI RF PREVID	62.768.501,13	12.54	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
BB TP IPCA III FI RF PREVID	2.324.448,22	0.46	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA FIC RF	30.001.988,42	5.99	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
CAIXA BRASIL IRF-M TP FI RF	23.662.790,94	4.73	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
CAIXA BRASIL 2024 I TP FI RF	9.338.567,50	1.87	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
CAIXA BRASIL 2024 IV TP FI RF	10.542.835,56	2.11	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
CAIXA BRASIL 2030 II TÍTULOS PÚBLICOS FI RF	9.725.223,95	1.94	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
BANESTES ESTRATÉGIA FIC RENDA FIXA	20.074.896,83	4.01	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
BANESTES LIQUIDEZ FI RENDA FIXA REF DI	9.673.632,36	1.93	Artigo 7º, Inciso I, Alínea 'b
BB PERFIL FIC RF REF DI PREVIDENC	6.153.284,82	1.23	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a
RIO BRAVO ESTRATÉGICO IPCA FI RENDA FIXA	5.097.673,15	1.02	Artigo 7º, Inciso III, Alínea 'a
BANESTES DIVIDENDOS FIC DE FIA	1.992.298,22	0.40	Artigo 8º, Inciso I
BB AÇÕES ALOCAÇÃO FI AÇÕES PREVID	18.988.692,50	3.79	Artigo 8º, Inciso I
BB FATORIAL FIC AÇÕES	3.938.260,70	0.79	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC	17.375.938,86	3.47	Artigo 8º, Inciso I
CAIXA EXPERT VINCI VALOR DIVIDENDOS RPPS FIC	2.027.203,66	0.40	Artigo 8º, Inciso I
OCCAM FIC AÇÕES	3.303.662,23	0.66	Artigo 8º, Inciso I
AZ QUEST SMALL MID CAPS FIC AÇÕES	1.205.673,75	0.24	Artigo 8º, Inciso I
BB SCHRODER INV NO EXTERIOR FI MULTIMERCADO	1.062.632,03	0.21	Artigo 9º, Inciso II
BB NORDEA GLOBAL CLIMATE AND ENVIRONMENT INVESTIMENTO NO EXTERIOR FI AÇÕES	5.068.579,86	1.01	Artigo 9º, Inciso II
SCHRODER SUSTENTABILIDADE AÇÕES GLOBAIS INVESTIMENTO NO EXTERIOR FIC AÇÕES	1.587.898,06	0.32	Artigo 9º, Inciso II
GENIAL MS GLOBAL BRANDS INV EXT FIC AÇÕES	1.698.415,84	0.34	Artigo 9º, Inciso II
GENIAL MS US GROWTH INV EXTERIOR FIC AÇÕES	1.609.590,19	0.32	Artigo 9º, Inciso II
CAIXA INSTITUCIONAL BDR NÍVEL I FI AÇÕES	17.011.212,98	3.40	Artigo 9º, Inciso III
CAIXA BOLSA AMERICANA FI MULTIMERCADO LP	6.469.591,28	1.29	Artigo 10, Inciso I
CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE FIC FIM LP	11.166.890,75	2.23	Artigo 10, Inciso I
RIO BRAVO PROTEÇÃO BOLSA AMERICANA II FIM	5.845.135,39	1.17	Artigo 10, Inciso I
CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII	2.002.500,00	0.40	Artigo 11

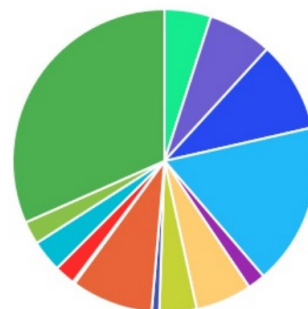
Total	500.693.091,00	100,00%	-
--------------	-----------------------	----------------	----------

Com relação ao enquadramento, a carteira de Investimentos do IPC possuía a seguinte distribuição:

		ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2023				
Seg.	Tipo de Ativo	Saldo 31/12/23 (R\$)	Saldo 31/12/23 (%)	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior
Renda Fixa	7º I a – Títulos Públicos	158.380.674,84	31,63	20,00	29,50	81,95
	7º I b - FI Renda Fixa Ref 100% títulos TN	198.958.752,70	39,74	17,70	23,60	81,95
	7º III a - FI de Renda Fixa	40.999.487,16	8,19	0	14,50	75,00
Total Renda Fixa		398.338.914,70	79,56	37,70	67,60	100,00
Renda Variável	8º I - FI em Ações	48.831.729,92	9,75	10,00	13,40	45,00
Total Renda Variável		48.831.729,92	9,75	10,00	13,40	45,00
Exterior	9º II- Investimento no Exterior	11.027.115,98	2,20	1,00	5,00	10,00
	9º III- Ações – BDR Nível I	17.011.212,98	3,40	1,00	5,00	10,00
Total de Exterior		28.038.328,96	5,60	2,00	10,00	10,00
Estruturado	10 I- Multimercado	23.481.617,42	4,69	1,50	5,50	15,00
Total de Estruturados		23.481.617,42	4,69	1,50	5,50	15,00
Imobiliário	Art. 11 – Fundos Imobiliários	2.002.500,00	0,40	0,00	1,00	15,00
Total de Imobiliário		2.002.500,00	0,40	0,00	1,00	15,00
Total PL		500.693.091,00	100,00	51,20	100,00	100,00

Já com relação à diversificação, os investimentos do IPC estão distribuídos em diferentes perfis e fatores de risco, os quais não tiveram mudanças significativas nas posições durante o semestre, conforme mostra o gráfico e tabela abaixo:

BENCHMARK	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	31,63%	R\$ 158.380.674,84	
IRF-M	17,26%	R\$ 86.431.292,07	
CDI	9,65%	R\$ 48.326.767,28	
IBOVESPA	8,71%	R\$ 43.606.554,29	
IMA-B	6,84%	R\$ 34.268.487,72	
IMA Geral ex-C	5,99%	R\$ 30.001.988,42	
IRF-M 1	4,95%	R\$ 24.793.070,69	
IMA-B 5	3,97%	R\$ 19.881.403,06	
GLOBAL BDRX	3,40%	R\$ 17.011.212,98	
S&P 500	2,46%	R\$ 12.314.726,67	
MSCI World	2,20%	R\$ 11.027.115,98	
IPCA	1,88%	R\$ 9.424.621,37	
IDIV	0,80%	R\$ 4.019.501,88	
SMLL	0,24%	R\$ 1.205.673,75	
Total	100,00%	R\$ 500.693.091,00	



5. ACOMPANHAMENTO DE RENTABILIDADE

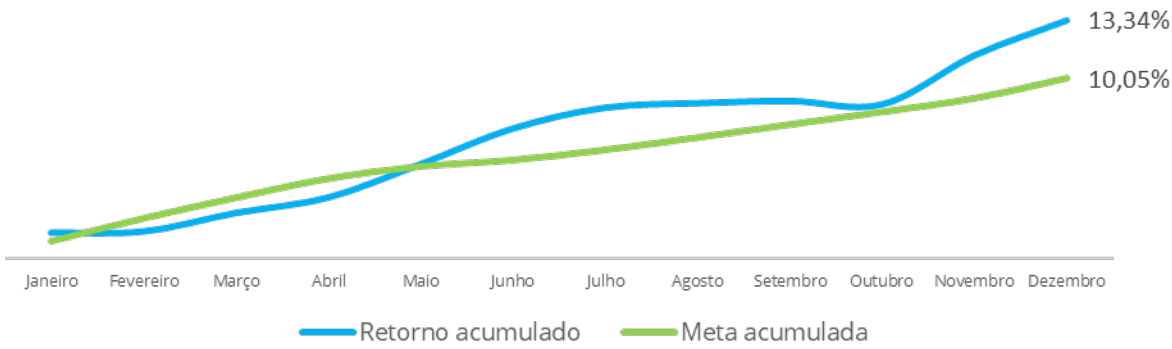
A seguir é apresentada tabela com os retornos auferidos mensalmente e o acumulado ao longo do ano, em valores em reais e em percentual. Da mesma forma, a meta atuarial é apresentada com periodicidade mensal e acumulada. O IPC atingiu 132,5% da meta atuarial, com rentabilidade de 13,32%, contra uma meta atuarial de 10,05% no acumulado de 2023.

O desempenho da carteira pode ser justificado pela melhora na conjuntura econômica interna, como citado anteriormente em que ativos de renda variável destacaram-se devido ao bom desempenho registrado nos meses finais do ano, que levaram a um resultado acumulado de 22,28% do Ibovespa no ano. Os fundos de renda fixa de maior *duration* também apresentaram alta rentabilidade, devido ao fechamento da curva de juros, também registrada apenas no final do ano, mais especificamente nos meses de novembro e dezembro.

O IPC possui uma carteira de renda fixa bem diversificada, contemplando fundos que investem em títulos de curto prazo, além de posições em índices que se posicionam nos vértices intermediários, como o caso do IRF-M, que representa mais de 17% do patrimônio e colaborou para o retorno acumulado. Além disso, a carteira de Títulos Públicos comprados de forma direta também contribuiu por garantir retornos acima da meta atuarial, uma vez que estes foram comprados em momentos de taxa Selic em alta.

Para a renda variável, em que o IPC tem uma posição de 9,75%, o Ibovespa alcançou rentabilidade de 13,63% apenas nos seis meses finais do ano, influenciado pela melhora das expectativas com o cenário interno, em especial o viés de desinflação convergindo para a meta e, por conseguinte, perspectivas mais claras de cortes na taxa de juros dos Estados Unidos, o que pode refletir em flexibilização monetária mais intensa no Brasil. Por fim, o investimento no exterior, o qual representa 5,60% do patrimônio do IPC, também corroborou para um bom resultado anual, dado o avanço de 15,27% do S&P 500, derivado do avanço das *big techs* e da valorização do índice de BDRs com 26,33%.

Retorno x Meta 2023



	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Retorno	1,44%	0,07%	1,02%	0,85%	1,80%	1,90%	1,09%	0,23%	0,12%	-0,18%	2,53%	1,76%
Meta	0,95%	1,26%	1,13%	1,03%	0,65%	0,34%	0,54%	0,65%	0,68%	0,66%	0,70%	0,98%
% Meta	151,58%	5,56%	90,27%	82,52%	276,92%	558,82%	201,85%	35,38%	17,65%	-27,27%	361,43%	179,59%

IPC

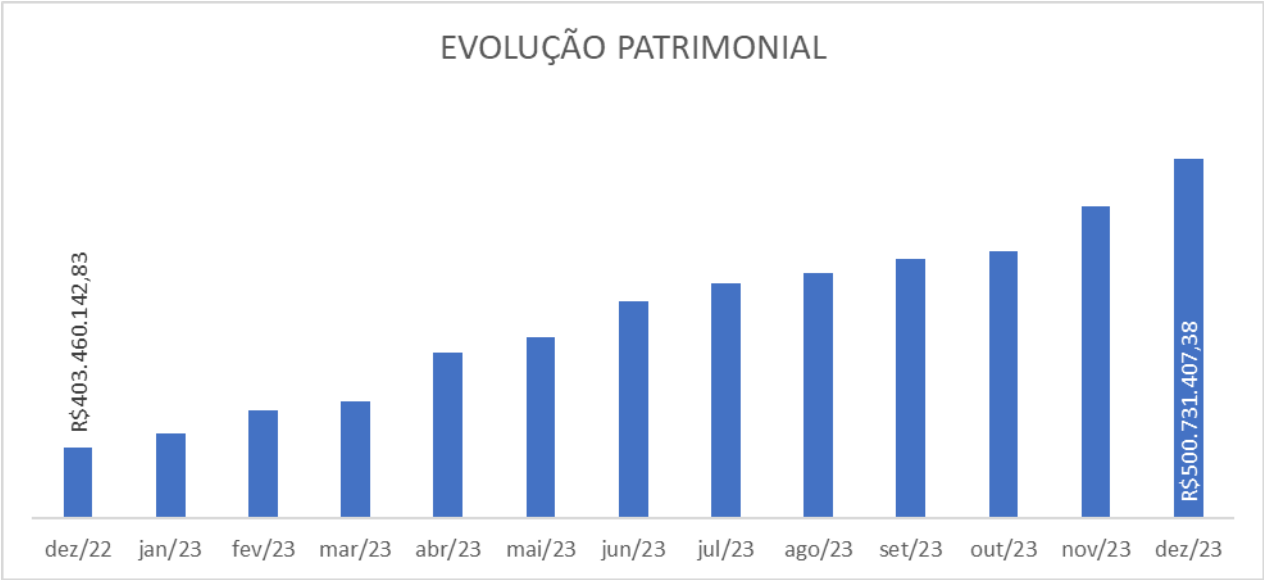
PERÍODO	SALDO ANTERIOR R\$	SALDO FINAL R\$	META (%)	RENT. (R\$)	RENT. (%)
2023	IPCA + 5,19% A.A.				
Janeiro	403.460.142,83	408.517.457,69	0,95	5.879.090,45	1,44
Fevereiro	408.517.457,69	416.037.522,14	1,26	290.586,46	0,07
Março	416.037.522,14	419.203.813,17	1,13	4.339.005,36	1,02
Abril	419.203.813,17	435.379.990,82	1,03	3.644.805,06	0,85
Maiο	435.379.990,82	440.494.498,16	0,65	7.917.233,34	1,80
Junho	440.494.498,16	452.969.421,09	0,34	8.567.166,85	1,90
Julho	452.969.421,09	458.906.655,16	0,54	4.961.807,40	1,09
Agosto	458.906.655,16	462.472.403,42	0,65	1.084.572,74	0,23
Setembro	462.472.403,42	467.219.071,96	0,68	741.147,32	0,12
Outubro	467.219.071,96	469.419.193,73	0,66	-828.649,61	-0,18
Novembro	469.419.193,73	484.897.773,43	0,70	12.064.364,98	2,53
Dezembro	484.897.773,43	500.731.407,38	0,98	8.914.155,40	1,76
Total	-	-	10,05	57.575.285,77	13,32

6. COMPORTAMENTO DO FLUXO DE CAIXA

	Saldo Anterior	Saldo Final	Aplicações	Resgates
Janeiro	R\$ 403.460.142,83	R\$ 408.517.457,69	R\$ 32.204.547,91	R\$ 33.027.592,18
Fevereiro	R\$ 408.517.457,69	R\$ 416.037.522,14	R\$ 15.141.745,86	R\$ 5.418.680,89
Março	R\$ 416.037.522,14	R\$ 419.203.813,17	R\$ 10.450.227,42	R\$ 11.623.235,77
Abril	R\$ 419.203.813,17	R\$ 435.379.990,82	R\$ 27.185.224,99	R\$ 14.625.552,12
Maiο	R\$ 435.379.990,82	R\$ 440.494.498,16	R\$ 14.536.025,71	R\$ 15.334.981,82
Junho	R\$ 440.494.498,16	R\$ 452.969.421,09	R\$ 16.745.631,13	R\$ 12.822.648,96
Julho	R\$ 452.969.421,09	R\$ 458.906.655,16	R\$ 14.130.758,94	R\$ 13.141.314,39
Agosto	R\$ 458.906.655,16	R\$ 462.472.403,42	R\$ 15.632.019,30	R\$ 10.324.924,15
Setembro	R\$ 462.472.403,42	R\$ 467.219.071,96	R\$ 84.635.265,90	R\$ 80.680.601,98
Outubro	R\$ 467.219.071,96	R\$ 469.419.193,73	R\$ 17.718.230,19	R\$ 14.634.404,45
Novembro	R\$ 469.419.193,73	R\$ 484.897.773,43	R\$ 37.723.422,88	R\$ 32.184.909,28
Dezembro	R\$ 484.897.773,43	R\$ 500.731.407,38	R\$ 22.665.895,39	R\$ 15.713.680,50
Total			R\$ 308.768.995,62	R\$ 259.532.526,49

7. ORÇAMENTO

7.1. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL



Evidencia-se uma forte valorização patrimonial por parte do IPC nos últimos anos. Em 2023, o IPC iniciou com o patrimônio em torno de R\$ 403 milhões e fechou o ano superando a marca

de R\$ 500 milhões, crescimento de 24,1%, equivalente a um acréscimo de quase R\$ 100 milhões.

7.2. PATRIMÔNIO (REALIZADO X PROJETADO)

Conforme apresentado no anexo 6 (Projeções Atuariais para o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO) contido na 97 da avaliação atuarial de 2021, projetava-se que o IPC fecharia o ano de 2022 com patrimônio de R\$ 402.088.433,73, valor próximo e inferior ao patrimônio do fechamento do exercício, evidenciado no quadro do item 6.

O bom resultado veio do fluxo de receitas, uma vez que a receita financeira projetada para o exercício foi de R\$ 18.964.128,57 e como vimos no item 5, o resultado dos investimentos ficou abaixo da meta projetada, totalizando o valor oriundo de receitas financeiras de R\$ 15.813.450,42, mais de R\$ 3 milhões abaixo do projetado.

No entanto, o resultado previdenciário projetado no fluxo atuarial para o exercício, deveria totalizar o valor de R\$ 32.431.417,92, mas o valor que somou ao patrimônio do IPC em 2022, da diferença entre os valores aplicados e os valores resgatados informados no quadro do item 6 foi de R\$ 35.071.152,41, valor 8% maior do que o projetado, o que compensou o desempenho dos investimentos aquém da meta.

8. ESTRATÉGIAS DE CARTEIRAS

O IPC tem feito anualmente estudo *Asset Liability Management* - ALM, no intuito de buscar uma composição de carteira que entregue fluxo de receitas financeiras suficientes para cumprir o compromisso de garantir a solvência do regime no decorrer dos anos, considerando o perfil de investidor do RPPS, bem como os limites da Resolução CMN nº 4.963/2021 e da Política de Investimentos. O estudo utiliza o conceito de fronteira eficiente de Harry Markowitz para a otimização da carteira, dentro dos parâmetros necessários.

O estudo foi realizado em julho de 2023 e indicou elevar o percentual a ser alocado em títulos públicos de longo prazo, reduzindo percentuais alocados em investimentos de médio e curto prazo, ponderando a característica de longo prazo do passivo do RPPS.

O estudo foi apresentado pela consultoria de investimentos, na 21ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos do IPC, realizada aos quinze dias do mês de junho de 2022. A apresentação do estudo feita pela consultoria destacou principalmente a diferença entre a carteira atual do IPC e a carteira sugerida, tanto no cenário base quanto no cenário alternativo, onde a carteira sugerida se destacou frente a carteira atual. O uso do portfólio 8 indicado no estudo, ponderou uma *duration* mais condizente com a calculada na Avaliação Atuarial, que foi de 22,4 anos.

Os gestores do IPC analisaram a proposta e deliberaram por aprovar a estratégia de alongamento de carteira, o que pode ser evidenciado comparando o percentual alocado em títulos públicos, os quais tem vencimento em vértices mais longos e foram marcados na curva, ou seja, retratando a intenção da gestão de levar o investimento até os seus respectivos vencimentos.

O percentual do patrimônio do IPC investido em títulos públicos de forma direta (Artigo 7º, Inciso I, alínea “a” da Resolução CMN nº 4.963/2021) em dezembro de 2022 era de 25,97%

tendo sido ampliado para 31,64% em dezembro do mesmo ano, conforme demonstrado na tabela presente no item 4.1. deste relatório.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'V. Leitão', with a stylized, cursive script.

Vitor Leitão
Consultor de Investimentos